

cirkula

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
AOS DESAFIOS COTIDIANOS



ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY, DOLORES SANCHES WUNSCH,
GIOVANE ANTONIO SCHERER E TATIANA REIDEL (ORGS.)

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.
1º edição - 2023

Revisão, Normatização e Edição: Mauro Meirelles
Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles
Capa: Luciana Hoppe
Tiragem: 50 exemplares impressos e 900 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

S492 Serviço social e política social: da produção do conhecimento aos desafios cotidianos / Alzira Maria Baptista Lewgoy ... [et al.] (Organizadores); prefácio Cláudia Mônica dos Santos. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.
400 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-052-5
DOI: 10.29327/5338451

1.Serviço social. 2. Política social. 3. Proteção social – Políticas públicas. 4. Serviço social – Profissão – Brasil. 5. Pesquisa – Produção do conhecimento. 6. Políticas de Assistência Social – Educação. I. Lewgoy, Alzira Maria Baptista. II. Wunsch, Dolores Sanches. III. Scherer, Giovane Antonio. IV. Reidel, Tatiana. V. Santos, Cláudia Mônica dos.

CDU: 364

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

**ESTE LIVRO FOI SUBMETIDO À REVISÃO POR PARES,
CONFORME EXIGEM AS REGRAS DO QUALIS LIVROS DA CAPES.**

SERVIÇO SOCIAL
e
POLÍTICA SOCIAL
DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
AOS DESAFIOS COTIDIANOS

ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY

DOLORES SANCHES WUNSCH

GIOVANE ANTONIO SCHERER

TATIANA REIDEL

(ORGANIZADORES)


cirkula

Porto Alegre
2023

A CAMINHADA COLETIVA DE UMA KAINGANG ASSISTENTE SOCIAL: UM MODO DE SER PESQUISADORA

Angelica Domingos Kaingang
Rosa Maria Castilhos Fernandes

Reflexões introdutórias: a título de apresentação

EG, INH, KANKÁ, MRÉ, RÉG RE, JAMRÉ, NY, JÓG, MÁ, KAKRÉ, KANHGÁG U¹. “É na relação com o outro, sejam humanos ou não que se faz conhecimento e educação. Nos reconhecemos no outro a partir da sua diferença”.

Bruno Kaingang

Iniciamos essa escrita fazendo referência aos longos quatro anos (2019-2022) de um projeto societário de inúmeras violações de direitos, de desmontes de toda ordem social, econômica, política, cultural, ambiental e, sobretudo, de uma agenda colonial de ataques aos direitos dos povos indígenas. Foi neste cenário de tempos de obscurantismo que a pesquisa que tem como objeto de estudo a questão indígena passou a ocupar uma centralidade nos estudos que viemos desenvolvendo (FERNANDES e DOMINGOS, 2020; MACIEL, 2021; DOMINGOS, 2022).

As pesquisas² evidenciam que a luta indígena é a luta pela existência humana. As violações históricas aos direitos indíge-

1 Em português significa: Nós, eu, parente, junto, irmão, cunhado, mãe, pai, sogra, sogro, outras coletividades, povos.

2 Pesquisa: Manifestações da Questão Social: as lutas sociais dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas. (2016-2020).

nas, que se agravaram no governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), são reflexos de uma sociedade que não legitima socialmente as diferentes necessidades sociais e culturais, assim como discrimina diferentes segmentos populacionais seja pela cor, raça, etnia, gênero, religião e classe social. Se existem os direitos indígenas, assim como as políticas indigenistas, elas são resultado de lutas sociais e, ainda assim, são contraditórias e não atendem às reivindicações históricas dos povos indígenas, ainda mais quando essas conquistas se corroem e se desestruturam em sociedades em que as violências se materializam por meio das forças estatais e do capital financeiro. O que evidenciamos em uma pesquisa documental, em que 1.292 notícias foram analisadas, é que a resistência indígena está na raiz profunda da ancestralidade, pois cada notícia de violação de direitos correspondente ao período de 2016 a 2020, identificamos uma notícia de resistência e de denúncia indígena ou, em algumas situações, de forma concomitante num movimento contra-hegemônico a lógica do capital e opressão imposta. Por isso, interessa-nos compreender às múltiplas manifestações da questão social vivenciadas por essa população, sejam os ataques e violações que sofrem, sejam suas mobilizações sociais e os movimentos que realizam e que se espalham pelo Brasil afora, fazendo com que diferentes etnias se unam e dialoguem numa única luta contra-hegemônica, dando sentido às suas experiências enquanto povos originários (FERNANDES e DOMINGOS, 2020). Para Geni Nunez, em entrevista no ano de 2020, “justamente por sermos o oposto da lógica capitalista, extrativista, racista e especista que temos sido alvo prioritário dos ataques deste governo, mas não só deste, desde o momento da invasão o ataque nunca nos deu trégua” (MARIMON, 2020).

Contudo, outro horizonte se põe no início do ano de 2023 de busca para reconstrução de uma agenda política, democrática e solidária, de participação popular, de retomada dos direitos da

classe trabalhadora, assim como, de reorganização operacional e orçamentária das políticas sociais públicas, para que possam atender as necessidades sociais e políticas dos sujeitos de direitos. A criação do Ministério dos Povos Indígenas em janeiro de 2023, marca um tempo de reconstrução e de diferentes responsabilidades não somente para os povos originários, mas para o próprio Estado que historicamente teve seus interesses para o desenvolvimento balizado na perspectiva hegemônica colonizadora, invisibilizando os direitos da população indígena. Entretanto, o quadro de dominação social é parte da formação sócio-histórica brasileira e não é à toa que a vigência das estruturas de colonialidade e racistas, são parte e consequência dos processos de produção e reprodução do capital.

Para Quijano (1992, p. 437) a compreensão do colonialismo no “sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre as outras, parece assunto passado”, mas não é como nos diz o autor. Por isto a colonialidade vai nos dizer que mesmo com o término das administrações coloniais e a emergência do Estado-Nação isto não significa que a dominação colonial não é parte da realidade brasileira. Ao contrário, permanecem as estruturas de poder colonial por meio da colonialidade. Em um movimento político, teórico e contra hegemônico está o decolonial que propõe um caminho de luta permanente para a construção de estratégias alternativas para outro modo de viver e conhecer (SANTOS, 2018).

Portanto, todo processo de imposição colonial vai além do âmbito econômico e político, pois ele penetra a existência dos povos colonizados, a alma como nos dizem os indígenas. Tais situações afrontam e ignoram saberes e epistemologias que acabam hierarquizando saberes, como produto da classificação racial e étnica da população. Djamila Ribeiro (2020), em sua obra “Lugar de Fala” cita a pensadora e feminista Lélia Gonzalez (1984) e reconhece a crítica que ela faz sobre a hierarquização de saberes,

ao apontar equação: “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco” (2020, p. 24).

Consideramos que essa aproximação com a historiografia e os saberes indígenas é sem dúvida algo em apropriação na literatura e na produção de conhecimento do Serviço Social. Em que pese os avanços nos estudos da Antropologia, das Ciências Sociais e Humanas, para autores e pesquisadores indígenas a historiografia tradicional não deu atenção suficiente “ao protagonismo da resistência indígena à colonização e às abordagens da transição da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção, que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado [...]” (MILANEZ *et Al.*, 2019, p. 2163). Assim é parte dessa historiografia desconsiderar as violações do sistema de exploração da força de trabalho, da espoliação e do genocídio “que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais [...]” e para Krenak o racismo “[...] é uma epidemia global causada pela recusa de compreender e aceitar a diferença” (MILANEZ *et Al.*, 2019, p. 2163). Tais compreensões sobre a historiografia indígena é fundamental, pois tratar sobre racismo contra povos indígenas significa considerar que a violência estrutural que marca os cotidianos indígenas de Norte a Sul do Brasil é ainda vigente e determinante para a existência das desproteções sociais, discriminações e práticas racistas contra os indígenas. Isto significa, também, que identificar, reconhecer e falar a respeito dessas experiências são os primeiros passos para que possamos pensar sobre estratégias concretas de uma luta que seja indígena e antirracista.

Portanto, damos sentido a essa escrita ao nos reconhecermos na relação com o outro, mas fundamentalmente a partir das nossas diferenças, como nos diz Bruno Kaingang³. É partindo dessa

3 Kaingang. Doutor em Educação pelo Programa de Pós Graduação de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

compreensão que trilhamos uma caminhada de construção de conhecimentos, tendo ciência da existência da perspectiva colonizada e colonizadora que povoa as nossas consciências, assim como o ambiente acadêmico. Portanto, a aproximação com as histórias de vida e acadêmica de estudantes indígenas e a chegada da primeira kaingang Assistente Social ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, representa um marco histórico para a formação em Pós-Graduação. Além disto, nos aproximamos do que nos diz Grada Kilomba da “desobediência epistêmica” (2016, p. 10-11) e por isto mesmo nos desafiamos a uma reflexão crítica e de desconstrução. Tal movimento epistemológico é algo fundamental para a contraposição a colonialidade tão presente nos espaços formativos e que necessitam refazer caminhos, desconstruir saberes, questionando o que está posto e, neste caso, sem perder de vista a dimensão sócio-histórica brasileira, os fundamentos do Serviço Social e a centralidade da questão social como objeto fundante da profissão, entre outros aspectos. Neste contexto pensar sobre os temas que precisam de atenção em determinado momento histórico, significa pensar as questões que são dignas de serem feitas com a intencionalidade de construir conhecimentos e, neste caso, para o Serviço Social, é fundamental.

Pensar tais proposições se tornou uma condição para seguir no exercício da profissão, pois povos indígenas ensinam tanto sobre resistência, sobre uma nova ordem societária posta pelo projeto ético e político do Serviço Social. Precisamos enquanto categoria profissional, principalmente academicamente, ampliar e construir nossos conhecimentos voltados aos povos indígenas, pois como pensar as refrações da questão social na conjuntura atual, sem compreender os processos sócio-históricos que se deram na exploração e origem deste país? Como atuar profissionalmente no âmbito das políticas de proteção social se o conhecimento dos direitos indígenas, seus modos de

ser e viver se não for algo apreendido pelos não indígenas? Como lutar pela defesa intransigente dos direitos humanos se deixarmos de nos voltar a um dos segmentos da população brasileira mais invisibilizados e oprimidos pelo colonialismo? Esses são alguns dos muitos questionamentos que emergem ao associarmos tais reflexões ao Serviço Social e as lutas que travamos, pois como diz a liderança indígena Sônia Guajajara “a luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas” (DOMINGOS, 2022, p. 15).

É então na continuidade desta caminhada que compartilhamos neste texto uma experiência vivenciada no processo de mestrado em Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do sul que culminou na realização da Dissertação de Mestrado intitulada “ÊG TIGTI JAMÁ KRI, ÊG JAMÁ PÊ, ÊG NY GA FI” = Entre Território e Territorialidades Originárias: a resistência Kaingang frente às violações dos direitos indígenas no sul do Brasil (2022). A intenção foi contribuir com o debate sobre a relevância da questão indígena e indigenista na formação do Serviço Social brasileiro, reflexões essas que se somam aos coletivos de pesquisadoras(es) indígenas e não indígenas da UFRGS, como os/as que integram a Articulação Brasileira Povos Indígenas e Serviço Social formada no ano de 2020 e que se constitui em importante espaço de diálogo e estudos de pesquisadores indígenas e não indígenas da área. Neste texto apresentamos na íntegra as reflexões introdutórias da referida Dissertação. Com a palavra a Kaingang Angelica Domingos, a narrativa do processo de pesquisa.

O processo investigativo: narrativa metodológica

É como indígena mulher Kaingang, mãe, assistente social nas tantas trajetórias vivenciadas, entre a aldeia, a cidade e a universidade, narrando e percorrendo as territorialidades Kaingang, entre a tentativa de rompimento das amarras

e superação das duras marcas deixadas pela colonização, entre a militância no movimento indígena e o simples existir, mas sempre tendo que (re)existir, é que me propus a pensar este trabalho, trazendo para o debate e assumindo assim de forma qualificada o legado do movimento indígena, a luta que meus ancestrais travaram. É por eles, é por nós, é pelos nossos filhos.

Angelica Domingos Kaingang, 2022.

O que movimenta o sentido deste pesquisar são as inquietações que vêm de muito tempo, desde a inserção na graduação em Serviço Social em uma Universidade Pública, no processo de descolonização do nosso ser. O que envolve (re)existir, (re)inventar, pois tentaram apagar grande parte da nossa história, parte do que somos e nos constitui como pessoas. Os processos de vivências e experiências ao longo da vida, sempre trouxeram questionamentos sobre quem eu sou e de onde vim, sobre meus antecessores, pois também tentava entender as duras violências e violações que vinham desde meus avós até minha geração.

Adentrando à Universidade as indagações somente aumentaram, pois, muitos episódios difíceis da vida, principalmente longe de meu território de origem continuaram. Tentar compreender as marcas horrorosas deixadas em nós, desde o estupro da invasão, recordar essas cicatrizes não significa exatamente lembrar-se da dor, mas entender as possibilidades dos caminhos de cura, conforme o tema do encontro global de mulheres indígenas: Cura da Terra (2020). E por que pensar nas possibilidades de cura? Para que minha ancestralidade pudesse continuar, para que os meus filhos e os próximos que virão, possam estar livres dessas amarras do que foi o violento esbulho, estupro de nossos corpos e territórios. Trago como um propósito de vida, como um sonho que com todas minhas forças eu contribuiria para pensarmos nas

possibilidades dos caminhos de cura, e para pensar as possibilidades de cura é necessário falar das violências e violações, desde o período da invasão, até ser instaurado pelo próprio Estado e sociedade, tentando nos calar e matar. E assim possibilito viver o que sempre estive em mim/nós, o sagrado, o coletivo, nossos valores e crenças, nossas sabedorias, o meu verdadeiro “eu” que até os dias de hoje tentam calar, matar e minimizar através do ódio, discriminação e preconceito. Parto do entendimento de que a pesquisa contribui com este propósito de vida, para então compreender e continuar o caminhar e a resiliência destes povos que tanto teimam em enxergar um bem viver, um *kaingang êg my há*, ao viés do que nos subjugam, exploram, estigmatizam, marginalizam e empobrecem.

No sentido de compreensão da escrita, é necessário trazer para o(a) leitor(a) a abrangência da escrita aqui da primeira e terceira pessoa, do *eu* e *nós*, pois pensar esta pesquisa que trata sobre os povos indígenas, requer pensar e trazer suas particularidades a partir também das experiências vivenciadas individualmente e coletivamente. Eu enquanto Kaingang mulher, mãe, Assistente Social, pesquisadora, ser social, político e histórico, cuja constituição se dá a partir da experiência vivida, sentida e por meio da história oral ancestral coletiva Kaingang.

Tentando fazer cumprir o respeito aos modos de ser, viver e conhecer dos coletivos indígenas, é que afirmamos a metodologia da oralidade e do conhecimento e saberes apreendidos no tempo e nas relações étnicas vivenciadas. A oralidade como forma de conhecimento dos coletivos indígenas é fundamental para continuação de suas vidas e de suas culturas. É no falar, no contar para ouvir, aliás, fundamental ouvir, para perceber, entender o viver, as experiências, nas histórias, nos mitos, nas cosmovisões do pensamento Kaingang. Foi e continuará sendo através da oralidade que os saberes Kaingang passam de geração a geração, até nos

dias de hoje, em que podemos escrever nossas próprias histórias, próprias memórias dos conhecimentos e pensamentos Kaingang.

Durante a formação no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolvi uma pesquisa que teve como objetivo geral: desvendar as violações dos direitos indígenas promovidas pelo Estado brasileiro e a repercussão nos modos de vida e de resistências dos povos originários em relação às suas territorialidades no Sul do país visando contribuir com a afirmação da agenda das lutas indígenas. E como objetivos específicos: 1) conhecer a produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social sobre a questão indígena no Brasil a fim contribuir com a afirmação dos direitos indígenas e com a discussão na área; 2) conhecer as histórias das lideranças indígenas vivenciadas sobre as violações de direitos praticadas pelo Estado com relação aos seus territórios; 3) e promover a reflexão crítica acerca das realidades vivenciadas, dos processos de retomadas, nas formas de resistências indígenas, para a afirmação dos direitos indígenas.

A metodologia da investigação da pesquisa desenvolvida está relacionada com a experiência de vida Kaingang da pesquisadora. Os questionamentos ao longo da trajetória de vida, das violações de direitos, da militância no movimento indígena, das escutas nas rodas de conversas com os mais velhos e *kujas* (líderes tradicionais e espirituais), das estratégias de sobrevivência de uma indígena Kaingang mulher, mãe, entre tantas outras situações nos remetem à escolha de técnicas que possam estar relacionadas aos modos de ser, conhecer e viver Kaingang.

Portanto, tratou-se de uma pesquisa qualitativa e do tipo exploratória no que diz respeito à pesquisa bibliográfica e descritiva no processo da observação participante da pesquisadora e da história oral de vida que foram os principais instrumentos desta investigação. Para Minayo (2004, p. 60) a importância da obser-

vação participante enquanto uma técnica de pesquisa, “reside no fato de podermos captar uma variedade de situações que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real”.

Neste caso, a minha inserção no campo no diálogo com as lideranças indígenas e/ou nas experiências e saberes que trago na minha ancestralidade, na convivência nas comunidades indígenas, nas mobilizações e nos encontros como o Acampamento Terra Livre (ATL)⁴, na Marcha das Mulheres Indígenas, nas reuniões e nas rodas de conversa com lideranças indígenas, enfim, são diferentes situações de observação participante por mim vivenciadas. “A observadora faz parte do contexto sob sua observação e modifica esse contexto”, assim como, também é modificada (MINAYO, 2004, p.70).

Com relação à pesquisa bibliográfica – realizada juntamente com o coletivo do grupo de pesquisa educação, trabalho e políticas sociais do PPGPSSS – a busca em banco de teses e dissertações, assim como, em revistas indexadas da área adensaram a revisão teórica do estudo com os quais fui dialogando ao longo do trabalho trazendo autores e autoras tais como: Elaine Tavares (2019), Soledad Gaivizzo (2014), Cristiano Mariotto (2014), Marjori Machado (2015) no caso das dissertações e teses utilizadas; e com relação aos artigos da área trago construções do grupo pesquisa do qual faço parte como a obra publicada “Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas” (FERNANDES e DOMINGOS, 2020) que reúne artigos com resultados de pesquisas deste coletivo e de outros estudantes indígenas e indigenistas da UFRGS como Mariana Maciel Geógrafa indigenista, a Assis-

⁴ O ATL, é uma das maiores mobilizações dos povos indígenas no Brasil, ocorre uma vez por ano, onde reúne lideranças indígenas de todo país em Brasília, tendo a edição deste ano cancelada em decorrência da pandemia de Covid-19.

tente Social Aline Domingos Kaingang, a Assistente Social Silvana Kaingang, entre outras; também foram consultadas produções tais como: Wagner Amaral e Jenifer Billar (2020); e Patrícia Brito (2015), entre outras com as quais dialogamos.

Tal aproximação permitiu conhecer a produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social sobre a questão indígena no Brasil, no intuito de contribuir com a afirmação dos direitos indígenas e com a discussão na área. A pesquisa bibliográfica consiste em buscas a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores e se utiliza de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Reafirma-se como um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 44) e, nesta investigação, visando provocar reflexão crítica, teórica, social acerca das territorialidades e dos direitos territoriais dos coletivos Kaingang.

Para tanto, no banco de teses e dissertações utilizamos para a busca das produções bibliográficas os descritores: questão indígena, indígenas, povos indígenas e Serviço Social. A escolha do período de 2012 a 2020 foi em função da Lei de Cotas 12.711 de 2012, pois a partir desse período com uma presença mais significativa de indígenas no Ensino Superior, é que também se dá maior relevância em pesquisas relacionadas à questão indígena, principalmente as executadas pelos próprios estudantes e pesquisadores/as indígenas.

Como exemplo, da importância da construção de conhecimentos de pesquisadores indígenas, trago o dossiê “Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígenas” (2020), organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em parceria com a Revista Terena Vukápanavo. Para os autores indígenas se

trata de um ato de resistência e postura política que “se valendo do instrumento de demarcar espaço no mundo acadêmico com a escrita, onde se busca imprimir prática política estritamente aliada ao movimento indígena” (BANIWA, TUXÁ e TERENA, 2020, p. 6). Compreendemos – assim como este coletivo de pesquisadores e pesquisadoras indígenas – que as pesquisas em curso no Brasil envolvendo povos originários têm tido como protagonistas os próprios estudantes indígenas. Tal situação é uma realidade no nosso coletivo de pesquisadoras com indígenas e não indígenas que vêm se debruçando nos estudos sobre a questão indígena. Corroboramos com Baniwa, Tuxá e Terena (2020) quando dizem que “como consequência direta das políticas afirmativas que marcam a última década, como a Lei de Cotas de 2012, o contingente de indígenas com formação acadêmica tem sido crucial no enfrentamento à pandemia”, pois “estamos falando de pelo menos 60.000 estudantes indígenas e centenas de egressos que contribuíram a partir de suas expertises acadêmicas e profissionais em esforços voltados para conter o avanço da pandemia” (BANIWA, TUXÁ e TERENA, 2020, p. 6-7).

Também, importante dizer que as teses e dissertações do ano de 2020 ainda não estavam disponíveis na época da coleta no banco da Capes que foi realizada no primeiro semestre de 2021. Para análise dos resultados encontrados, ou seja, as 21 bibliografias elaboramos uma planilha registrando o tipo de bibliografia/fonte – sendo 12 teses e 9 dissertações encontradas –, título da produção, autor, ano, PPG e resumo das mesmas. Importante registrar que o trabalho de busca no banco de teses e dissertações da área do Serviço Social foi realizado por um coletivo de pesquisadoras, no qual estou vinculada e após este processo de coleta fomos realizando leituras e selecionando aquelas que estavam diretamente relacionadas com a discussão desta pesquisa sobre território, territorialidades, direitos indígenas e/ou viola-

ções, conforme o destacado no Quadro 1 e no Quadro 2. Das 12 teses encontradas, selecionamos intencionalmente 3 teses e das 9 dissertações foram selecionadas 3, quais sejam:

Quadro 1: Teses na área do Serviço Social (2012 -2020) selecionadas pela pesquisadora.

Título/Ano	Autor/a	PPG	Link
Participação e política indigenista de saúde: Protagonismo indígena em Manaus - AM - 1999/2013 (2013)	PALHETA, Roseane Pinheiro	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17658
Terra e Território na América Latina: o desafio Indígena na Era do Capital. 2019	TAVARES, Elaine Jussara Tomazzoni	Programa Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199435
O direito dos povos indígenas a educação superior na América Latina: concepções, controvérsias e propostas (2014)	GAIVIZZO, Soledad Bech	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/584

Fonte: A autora, com base no banco de dados do GP Educação, Trabalho e Políticas Sociais (UFRGS), 2021.

Quadro 2: Dissertações na área do Serviço Social (20212 -2020) selecionadas pela pesquisadora.

Título/Ano	Autor/a	PPG	Link de Acesso
Questão Indígena E Capitalismo Dependente (2014)	MARIOTTO, Cristiano	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194054
Terras Indígenas No Brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos governos lula e dilma (2015)	MACHADO, Marjori de Souza	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169648
Proteção Social Em Território Indígena: um estudo a partir da aldeia trama-taia no litoral norte da paraíba (2017)	LIMEIRA, Eveny de Arruda	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba.	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_26090cd27730fa480fdb9775ba4561ec

Fonte: A autora com base no banco de dados do GP Educação, Trabalho e Políticas Sociais (UFRGS), 2021.

Neste processo de busca das teses e dissertações, além das citadas nos respectivos quadros 1 e 2, não podemos deixar de reconhecer a relevância das pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social brasileiro e, sendo, majoritariamente pesquisas de natureza qualitativa. Tais estudos têm como referência o método dialético, a teoria marxista, as relações étnico-raciais utilizando como referenciais autores/as brasileiros/as com vasta produção de conhecimento no Serviço Social e a

dependem das categorias teóricas em relação com os objetos de estudo, assim como revisões teóricas que trazem referenciais de outras áreas do conhecimento.

Em destaque, as teses básicas da decolonialidade, autores e pesquisadores da América Latina como o pensamento de José Carlos Mariátegui e pesquisadores indígenas Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Bruno Ferreira, entre outros, têm sido referência. Esses últimos são fundamentais para afirmação da *episteme* indígena e a inserção dos saberes indígenas na formação dos Assistentes Sociais. São estudos que revelam o trabalho profissional com os indígenas, a proteção social nos territórios indígenas, a política de cotas nas universidades federais, a problemática indígena na formação social brasileira no contexto urbano, a participação indígena na saúde, sobre as violações de direitos e resistência indígenas como expressões da questão social, o papel desempenhado pelos indígenas enquanto protagonistas no contexto da questão ambiental, assim como, a existência de pesquisa bibliográfica sobre o estado da arte sobre indígenas em contexto urbano, citando esses como exemplos.

Num segundo momento desta caminhada investigativa nos aproximamos das lideranças indígenas Kaingang, *kujás* e caciques Kaingang⁵ que são os sujeitos participantes da pesquisa e, aqui, são reconhecidas como coautores. Para realização de entrevistas a técnica escolhida será a história oral de vida, exatamente por esta ser a forma mais próxima da tradição Kaingang da oralidade. Para tanto, os critérios de escolha intencional dos participantes: lideranças que são de territórios indígenas em processo de retomadas, em situação de “acampamentos”, no processo de luta por demarcação de seus territórios. Também uma liderança

5 Sugerimos ver em DOMINGOS, A.; FERNANDES, R. M. C. Território e Territorialidades: imbricações que dão novo sentido à (re) existência dos povos Kaingang. **Espaço Ameríndio**, v. 16, n. 3, pp. 355-372, 2022.

de contexto urbano na cidade de Porto Alegre. Os dois sujeitos da pesquisa foram escolhidos intencionalmente e identificados com o consentimento dos mesmos, pois são lideranças indígenas Kaingang, *kujás*.

A técnica da história oral foi escolhida pela afinidade com a oralidade dos povos indígenas como forma de construção de conhecimentos. As narrativas das lideranças indígenas nos levaram a atingir os objetivos: conhecer as histórias das lideranças indígenas vivenciadas sobre as violações de direitos praticadas pelo Estado com relação aos seus territórios; promover a reflexão crítica acerca das realidades vivenciadas e retomadas indígenas, formas de resistências dos povos originários, para a afirmação dos direitos indígenas.

A história oral (HO) de vida como referencial teórico-metodológico alinha-se à escolha da abordagem qualitativa desta pesquisa. O uso desta técnica permite a possibilidade de buscar ouvir e registrar as vozes dos sujeitos invisibilizados pela história oficial e inseri-los dentro dela (MEIHY, 2005). A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de pessoas a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, a transcrição, a conferência do depoimento, a autorização para o uso, o arquivamento e a publicação dos resultados.

De acordo com Meihy (2005), existem três modalidades de história oral: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Na história oral de vida, é dado o espaço e o participante tem maior autonomia para falar o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal, para que sua história seja contada a partir de sua vontade. Na história oral temática, há maior objetividade, pois será a partir de um assunto específico e preestabelecido que o (a) participante relatará sua opinião e posicionamento sobre algum evento definido. Ela tem características bem diferentes da história oral de vida, pois detalhes da vida pessoal do narrador

apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central. Na tradição oral, o foco é a permanência dos mitos, a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto e que se manifestam pelo folclore e pela transmissão geracional. Assim, as entrevistas serão gravadas e transcritas, ocorrendo a passagem da fala para a escrita enquanto processo de documentação (MEIHY, 2005).

A história oral indígena permite passar os conhecimentos de geração a geração, é a partir dela que também se constituem a formação da pessoa Kaingang. Segundo os sábios indígenas, no minicurso⁶ “Metodologias Indígenas e Pesquisas em Educação: oralidade e história oral”, ao estar dialogando com os mais velhos, nas rodas de chimarrão e conversa já se está produzindo pesquisa, pois é ali que estão falando sobre *êg jukre/nossos conhecimentos, nossas histórias*. E não basta estar na roda de conversa, é preciso indagação, curiosidade. Outro dia perguntei ao meu pai, o porquê de ele não ter me contado sobre a história do nosso sobrenome, ele me respondeu que eu ainda não tinha perguntado ou mostrado curiosidade sobre aquilo, então, assim é recíproca a busca de conhecimentos.

Ainda, Bruno Ferreira Kaingang nos traz através do Minicurso⁷ que é transversalmente do *Â mré vâmén/diálogos*, conversas com o outro, que se aprende, numa relação de reciprocidade e igualdade. Onde todos na comunidade indígena assumem uma mesma posição de ensino-aprendizagem: jovens, velhos e crian-

6 Fui aluna no Seminário Especial oferecido pelo PPG Educação em parceria com a Ação Saberes Indígenas na Escola. Encontro I: A pesquisa na formação de professores Kaingang e Guarani a partir da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo UFRGS.

7 Seminário Especial Oferecido pelo PPG Educação em parceria com a Ação Saberes Indígenas na Escola. Encontro IV: Práticas de Pesquisa acadêmica em Educação Indígena no Brasil.

ças. Nesta relação de igualdade e reciprocidade ainda nos destaca o termo *Jyvãn/aconselhar*, nos apontando a relação que temos com nossos orientadores de pesquisa. Pois não se trata de uma relação em que se necessita de alguém desorientado, mas sim de um diálogo compartilhado para fazer educação através de *Jyvãn*. Assim rompe-se a ideia de hierarquia, trazendo uma relação de igualdade. Trago então, a experiência vivida até aqui com pessoas não indígenas que da mesma forma os considero como mestres, que são alguns professores e orientadores. Resignifico conhecimentos junto à minha orientadora de pesquisa numa relação de complementariedade, principalmente das aprendizagens e escrita, de fato uma relação de vínculo não somente de pesquisa e troca de saberes e olhares, mas de vida.

Destaco, os participantes desta pesquisa como coautores da Dissertação da qual extraio esse excerto, que trazem seus conhecimentos não somente através de uma formalidade que é a entrevista oral de vida, mas nas vivências, rodas de conversa e, principalmente, nos espaços de luta compartilhados ao longo de minha trajetória em que pude dialogar com os mesmos e que passo a apresentá-los.

A liderança tradicional, *Kujá*, parteira de Porto Alegre/RS em contexto urbano – Iracema – é uma liderança reconhecida não somente em seu povo, mas na Universidade também, recentemente indicada ao título Doutor Causa Honoris pela UFRGS. Durante a entrevista a liderança se apresenta como sendo:

Iracema Kaingang, nascida em posto indígena de Nonoai, que antigamente era chamada de reserva. Mas depois foi mudada e desde que me conheço por gente, eu busco conquistar de volta as terras que tão nas mãos dos brancos, não é de agora.” E continua: “Enquanto eu tô lutando e buscando o bem-estar. O bem-estar das crianças que tão vivendo. E a vida, né? E amar o que faz... então esse é o meu amor interno, espiritualmente, me levam assim.

A liderança do Paraná/PR, Kretã Kaingang é membro da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representando a Região Sul e participou da comitiva de lideranças indígenas que foi à Europa no ano de 2021 para denunciar as violações aos povos indígenas na campanha “*sangue indígena, nenhuma gota a mais*”. Kretã na entrevista se apresentou:

[...] eu sou conhecido como Kretã Kaingang, foi um nome que o movimento indígena me deu e eu tenho muita honra, muito orgulho de seguir com esse nome”. Também faz referência ao seu povo e a sua ancestralidade ao se apresentar: “Kretã, o mais conhecido foi meu pai né, Kretã, que ele que deu início a luta pela terra no Sul, nos anos 70. E a minha trajetória assim que eu me entendo como pessoa, começou a partir daí. Quando meu pai foi morto né, assassinado, eu tinha 8 anos de idade [...].

Dando continuidade a descrição da caminhada investigativa, para a análise dos resultados da pesquisa bibliográfica e das narrativas que emergiram das histórias orais, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (2016, p. 47), a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. É uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação. O/a pesquisador/a buscará compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens, das narrativas que estão sendo considerados. O movimento para esta compreensão, pode se dar de duas formas: 1) Entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente; 2) Desviar

o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Para a utilização da análise de conteúdo consideramos as três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2016). Para fins de análise dos conteúdos escutei muitas vezes as gravações para, depois proceder com as transcrições e então organizar o quadro de análise do conteúdo, considerando as questões orientadoras e as categorias que surgiram desta oralidade Kaingang.

Também não se pode deixar de reconhecer a importância da pesquisa indígena no cenário atual como o já aqui citado sobre os estudos na Pandemia Covid-19 (BANIWA, TUXÁ e TERENA, 2020) e, no caso desta Dissertação, sendo desenvolvida por uma indígena pesquisadora tendo como base os valores ancestrais e culturais construídos na formação do ser Kaingang. Tem-se o compromisso ético com a coletividade, pensando o presente, que somos nós o futuro e que são nossos filhos todos imbricados com a ancestralidade. Por isto, a questão ética está totalmente relacionada com o sentido da pesquisa desenvolvida pelo povo indígena, ou seja, os conhecimentos ancestrais dialogam com o conhecimento não-indígena estabelecendo-se aí uma construção epistêmica que vai além dos padrões europeus ou dominantes na produção científica.

Ainda, com relação à pesquisa indígena no Brasil a Instrução Normativa Nº 01 de 29 de novembro de 1995 da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, resolve e de acordo com o Art. 1: “Aprovar as normas que disciplinam o ingresso em terras indígenas com finalidade de desenvolver pesquisa científica conforme documento em anexo.” e toma outras providências que envolvem patrimônio genético entre outros aspectos da área da saúde. Os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE).

No contexto da pandemia de Covid-19 que se instalou mundialmente a partir do ano de 2020, foram tomadas todas as precauções sanitárias para a realização das entrevistas. Entretanto, salientamos que as entrevistas não ocorreram em Terra Indígena, sendo as duas realizadas de forma presencial. Tendo em vista o compromisso ético com a devolução das informações e dados analisados após a conclusão desta investigação, tem-se como responsabilidade a devolução em roda de conversa na Universidade para socialização dos resultados, promovendo o diálogo e o debate crítico entre indígenas e não indígenas, assim como, nas aldeias, nos territórios indígenas e nos espaços de lutas dos povos indígenas. Também a partir desta oralidade traremos para a escrita os resultados da pesquisa em forma de artigos a serem publicados nas revistas indexadas da área do Serviço Social, entre outras, como forma de contribuir com a discussão na área e construirmos laços com outros (as) pesquisadores (as) indígenas no âmbito do Serviço Social.

Assim, neste texto socializo as reflexões introdutórias que compõem a minha a Dissertação e que está organizada em três capítulos. No capítulo dois, intitulado “*Alguém lutou por mim, eu luto por eles: memórias ancestrais Kaingang nas trajetórias do presente e de um futuro (im)possível*” vou trazendo a trajetória vivida pelos povos Kaingang e me incluo nesta reflexão e aos poucos vou situando as reflexões no subtítulo: “*Caminhando, compartilhando, resistindo, e fazendo história milenarmente: os povos Kaingang no Sul do Brasil*” e a “*Violação Colonial e Estatal: a dimensão sócio-histórica que devemos saber*”, sendo esta última fundamental para dar visibilidade as violências coloniais, assim como as promovidas pelo próprio Estado brasileiro. No capítulo três, denominado “*Territórios e Territorialidades: imbricações que dão novo sentido à (re)existência dos povos originários*” divido as reflexões em dois itens: “*Circularidade e andanças dos povos indígenas: os Kaingang*

em movimento” e “*Sem território não há proteção: a questão social e a (des)proteção social indígena*”. Neste capítulo foi possível trazer a discussão das principais categoria teóricas da pesquisa tais como: território, territorialidades, questão indígena e faço uma reflexão sobre as violações e resistência indígena como sendo expressão da questão social enfatizando a importância do direito originário, ou seja, o território para a efetivação da proteção social dos povos originários. Ao longo desses capítulos vou dialogando com os participantes da pesquisa, assim como com os autores e autoras que subsidiaram as reflexões que aqui escrevo. E por fim, trago as considerações finais na tentativa de refletir a partir dos achados desta pesquisa, assim como dos significados que este processo de formação de uma Kaingang significou neste tempo vivido.

Finalizando o texto

Fica o convite para a leitura e estudos sobre as epistemologias indígenas, sobre a necessidade de conhecer os avanços na trajetória dos registros relacionados ao arcabouço jurídico e conceitual como instrumentos importantes para a materialização de direitos historicamente negados a uma parcela significativa da população, que são os povos originários. Há ainda um bom caminho a ser percorrido para que se realizem ações concretas, ou melhor, para que o trabalho profissional – de diferentes áreas do conhecimento, mas em especial o dos Assistentes Sociais – com os coletivos indígenas, tenha como princípio ético e político o reconhecimento do protagonismo de suas vidas e de tornar a política visível a esta população, a partir do direito à informação.

Temos o entendimento de que o reconhecimento do protagonismo da resistência indígena à colonização e todas as formas de exploração que sofreram e sofrem na realidade sócio-histórica brasileira, assim como, na América Latina, é condição para a

construção de uma agenda de formação dos trabalhadores. Uma agenda de valorização das *epistemes* trazidas pelos povos originários nas rodas acadêmicas, na mídia, nos processos de educação permanente (FERNANDES; MACIEL; DOMINGOS, 2022), enfim, nos movimentos indígenas associados às lutas da classe trabalhadora na construção de uma nova ordem societária.

Referências

AMARAL, W. R.; BILAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista Em Pauta**, n. 45, pp. 180-195, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BANIWA, B.; TUXÁ, F. C.; TERENA, L. E. Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígena. **Revista Terena Vukápanavo**, 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/02/04/revista-terena-vukapanavo-publica-dossie-sobre-pandemia-da-covid-19-na-vida-dos-povos-indigenas/>.

BRITO, P. Mulheres indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: caminhos entre o ser mães e universitárias. **6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação, 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais em Educação**. Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, Campus Canoas - RS, Brasil, 2015.

DOMINGOS, A. N. ÊG TIGTI JAMÁ KRI, ÊG JAMÁ PÊ, ÊG NY GA FI. **Entre território e territorialidades originárias: a resistência Kaingang frente às violações dos Direitos Indígenas no Sul do Brasil**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

ENCONTRO GLOBAL DE MULHERES INDÍGENAS. **Manifesto A cura da Terra**. 2020. Disponível em: <https://curadaterra.org/pt/pre-ella-encuentro-global-de-mujeres-indigenas-portugues/>.

FERNANDES, R. M. C.; DOMINGOS, A. **Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, M.; DOMINGOS, A. Políticas indigenistas: contribuições para a agenda de educação permanente. **Sociedade em Debate**, v. 28, n. 2, pp. 128-144, 2022.

GAIVIZZO, S. B. **O direito dos povos indígenas a educação superior na América Latina: concepções, controvérsias e propostas**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2014.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências sociais Hoje**, ANPOCS, 1984.

KILOMBA, G. **Descolonizando o conhecimento: uma Palestra-Performance**. 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, v. 10, n. esp., pp. 37-45 2007.

MACIEL, M. M. **Políticas indigenistas nas Políticas da Saúde e da Assistência Social no Brasil: um estudo sobre as legislações e a percepção indígena**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS. 2021.

MACHADO, M. S. **Terras indígenas no Brasil: estudo sobre os processos demarcatórios nos Governos Lula e Dilma**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2015.

MARIMON, M. **Desconstruindo colonialidades com Genipapo**. Cidadão Cultura, 2020. Disponível em: <https://www.cidadaocultura.com.br/desconstruindo-colonialidades-com-genipapos/>.

MARIOTTO, C. **Questão indígena e capitalismo dependente**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2014.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MILANEZ, F.; SÁ, L.; KRENAK, A.; *Et Al.* Existência e Diferença: O racismo contra os povos indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, pp. 2161-2181, 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, H. (Org.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. Pp. 437-449.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2020

SANTOS, V. M. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, n. 30, e200112, 2018.

TAVARES, E. J. T. **Terra e Território na América Latina: o desafio indígena na era do capital**. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2019.